

## Líder do governo Bolsonaro é alvo de buscas em escritório no Paraná

O líder do governo Bolsonaro na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP), que foi ministro da Saúde do governo Temer, foi alvo de buscas e apreensão pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do MP do Paraná e pela Polícia Civil na manhã de ontem, 16, em seu escritório em Maringá, a 430 km da capital, Curitiba. O MP investiga crimes de lavagem

de dinheiro e corrupção para facilitar negócio no ramo de energia eólica. As acusações são referentes ao ano de 2019 - período em que Barros não era, ainda, líder do governo. Ao todo foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão. A investigação no MP-PR foi iniciada a partir da remessa de peças por parte do STF, em novembro de 2019, decorrentes de colaboração premiada feita no âmbito da Operação Lava Jato. **Pág. 03**

### Ex-assessor da Casa Civil demitido por usar voo da FAB volta ao governo

O ex-secretário executivo da Casa Civil José Vicente Santini, demitido há oito meses por ter usado uma aeronave da FAB para ir à Europa e à Ásia acompanhar uma viagem pre-

sidencial, está de volta ao governo Bolsonaro e assumirá cargo de assessor especial do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com salário de R\$ 13.623. **Pág. 03**

### Perito que participou do esquema 'juiz dos ingleses' se entrega à PF

Denunciado por participar de um esquema de venda de sentenças comandado pelo juiz Leonardo Saffi de Melo, da 21ª Vara Cível Federal, na capital paulista, o perito judicial e advogado Tadeu Rodri-

gues Jordan se entregou à PF em São Paulo na última sexta-feira, 11. Ele foi denunciado pelo MPF por corrupção passiva, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. **Pág. 08**

### Bolsonaro estuda distribuir 'kit covid' de graça no Farmácia Popular

Seguindo as orientações de Bolsonaro, o Ministério da Saúde estuda a possibilidade de distribuir gratuitamente um "kit covid-19" no Farmácia Popular. A ideia é reembolsar os estabelecimentos convenia-

dos todo o valor de sulfato de hidroxiquina, azitromicina e ivermectina retirados por pacientes de covid-19, medicamentos estes que não têm eficácia contra a covid comprovada cientificamente. **Pág. 08**

### FGV verifica alta do IGP-10 de 2,53% em setembro e de 13,98% no ano

Após ter aumentado 2,53% em agosto, o IGP-10 subiu 4,34% em setembro, informou ontem, 16, a FGV. Os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 5,99% no mês, ante variação de 3,38%

em agosto. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram aumento de 0,46% em setembro, após o avanço de 0,48% em agosto. No ano, o IGP-10 acumulou um aumento de 13,98%. **Pág. 03**

### Alimentos, educação e transportes puxam alta do IPC-S para 0,58%



O grupo alimentos registrou uma das maiores variações na apuração do índice.

A elevação dos preços dos grupos Alimentação e Transportes aceleraram o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) na segunda quadrissemana de setembro para alta de 0,58%, depois e

avanço de 0,48% na leitura anterior, segundo dados da FGV. As maiores variações foram: Alimentação (1,07% para 1,20%), Educação, Leitura e Recreação (0,30% para 1,11%), e Transportes (0,90% para 1,05%). **Pág. 03**



O líder do governo Bolsonaro na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP), foi ministro da Saúde do governo Temer.

### Toffoli arquiva 12 inquéritos baseados na delação de Cabral

Atendendo pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, o ministro Dias Toffoli, do STF, decidiu arquivar 12 inquéritos abertos com base na delação premiada do ex-governador do Rio Sérgio Cabral fechada com a PF. Interlocutores de Toffoli apontaram que o pedido de arquivamento realizado pelo titular da ação penal - o MPF - deve ser acolhido sem discussão de mérito. **Pág. 08**

### B3 terá que pagar R\$ 6,3 milhões para encerrar processo aberto na CVM

Acordo acertado pela CVM prevê que a B3 terá que pagar R\$ 6,3 milhões para encerrar um processo administrativo aberto contra ela no órgão. Além disso, o vice-presidente de Operações, Clearing e Depositária da B3, Cicero Augusto Vieira Neto, e André Monteiro, diretor de Administração de Riscos, vão pagar R\$ 350 mil cada um. **Pág. 03**

### Governo nomeia irmão de Weintraub para cargo de secretário na OEA

Três meses após o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub ter sido indicado pelo governo brasileiro para o cargo de diretor no Banco Mundial em Washington, seu irmão, Arthur Weintraub, assessor especial da Presidência, será nomeado para assumir um cargo na Organização dos Estados Americanos (OEA), também na capital norte-americana. **Pág. 03**

### Bispo evangélico pega 20 anos de prisão por estupro de menina

O bispo evangélico João Batista dos Santos foi condenado a 20 anos e 6 meses de reclusão pelo estupro de uma adolescente de 13 anos. A pena aplicada pelo juiz da Vara Criminal do Recanto das Emas, no DF, levou em consideração a autoridade que o bispo exercia sobre a vítima e também o reconhecimento da ocorrência continuada do crime - por pelos menos três vezes. **Pág. 08**

## Câmara cria comissão que pode separar caixa 2 de crime de lavagem



Maia apontou "a problemática concernente ao crime de lavagem de dinheiro e ao denominado caixa 2 eleitoral, o qual produz decisões judiciais conflitantes."

Com o objetivo de delimitar o crime de lavagem de dinheiro, estabelecendo parâmetros para definir se a tipificação penal inclui o caixa 2 das campanhas, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criou uma comissão de juristas para sugerir mudanças na lei, em

vigor desde 1998. A discussão ocorre após a Lava Jato enquadrar diversos políticos por esse crime, tendo como base repasses de empresas durante campanhas eleitorais. Maia apontou "a problemática concernente ao crime de lavagem de dinheiro e ao denominado caixa 2 eleitoral, o qual produz decisões judiciais conflitantes e traz

insegurança ao processo eleitoral". A última vez em que a lei da lavagem de dinheiro sofreu mudanças foi em 2012. Enquanto o crime de lavagem tem pena que varia de 3 a 10 anos de prisão, o caixa 2 costuma ser tipificado como falsidade ideológica pela Justiça Eleitoral, que prevê punição menor, de 1 a 5 anos de reclusão. **Pág. 03**

### Aras vai contra inquérito para apurar ligação de Bolsonaro com Viracopos

Sob a alegação de não haver provas suficientes, o procurador-geral da República, Augusto Aras, opinou contra a abertura de inquérito para apurar se Bolsonaro interferiu junto ao antigo advogado da família, Frederick Wassef,

em acordo envolvendo a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos. O advogado Carlos Eduardo Silva, que moveu a ação, diz que Wassef "teria agido como preposto do presidente na defesa dos interesses da concessionária". **Pág. 03**

### Emirados Árabes e Bahrein firmam acordos com Israel mediados pelos EUA

**Pág. 02**

### Secretário de Estado dos EUA fará visita política ao Brasil no dia 18

**Pág. 02**

### PDV vai reduzir em 35% total da mão de obra da Volks no ABC paulista

Os trabalhadores da Volkswagen em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, aprovaram a proposta da empresa de abertura de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para reduzir em cerca de 35% o número de funcionários da montadora. Para os que permanecerem no grupo, haverá garantia de emprego até 2025. **Pág. 03**

### Em carta, Farc se desculpa por sequestros

**Pág. 02**



## INTERNACIONAL

## Novo premiê japonês, Suga promete esforço contra a pandemia e luta por retomada

O novo primeiro-ministro do Japão, Yoshihide Suga, prometeu trabalhar com sua equipe para encerrar o mais rápido possível a pandemia da covid-19 e garantir uma retomada econômica. A declaração foi dada em sua primeira entrevista coletiva após chegar ao posto, concedida ontem.

"O que as pessoas querem é um rápido fim da pandemia do coronavírus e uma recuperação econômica", comentou Suga. "Isso é o que meu gabinete colocará todo esforço para fazer primeiro de tudo", prometeu.

Ao sinalizar que manterá as principais políticas do até então

premiê, Shinzo Abe, incluindo uma aliança forte com os EUA e gastos generosos do governo, Suga busca evitar a instabilidade política que afetou o Japão antes de Abe, quando uma série de premiês deixavam o posto em um período curto, com baixa aprovação. Durante a coletiva, Suga disse que pretende construir seu governo a partir dos sucessos já obtidos pelo governo Abe. "Eu fui encarregado de continuar o trabalho da administração Abe para superar a atual crise, a fim de que todas as pessoas possam retornar em segurança e um modo normal de vida", comentou.

## Pela primeira vez, assembleia geral da ONU é realizada virtualmente



O debate geral, que reúne líderes mundiais, será realizado a partir da próxima terça-feira (22).

Teve início terça-feira (15) a 75ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em virtude da pandemia de covid-19, esta será a primeira vez na história que a assembleia será realizada virtualmente. Os eventos estão sendo transmitidos ao vivo pela internet na Web TV das Nações Unidas. O debate geral, que reúne líderes mundiais, será realizado a partir da próxima terça-feira (22). Neste ano, os discursos serão online. Cada Estado-membro, Estado observador e a União Europeia foram convidados a enviar um vídeo pré-gravado, que será exibido

no salão da assembleia geral. Tradicionalmente, o Brasil é o primeiro país a discursar.

Apesar do convite para apresentação de falas gravadas, qualquer líder mundial tem o direito de fazer seu discurso de abertura diretamente da sede da ONU em Nova York. O mesmo procedimento se aplicará a uma série de sessões especiais de alto nível programadas para o evento, incluindo uma comemoração do 75º aniversário das Nações Unidas, uma cúpula sobre biodiversidade, e uma reunião para comemorar e promover o Dia Internacional pela Eliminação Total das Armas Nucleares.

## Emirados Árabes e Bahrein firmam acordos com Israel mediados pelos EUA



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, recebeu terça-feira (15) os líderes dos Emirados Árabes Unidos e do Bahrein.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, recebeu terça-feira (15) os líderes dos Emirados Árabes Unidos e do Bahrein para a assinatura de acordos para a normalização das relações com

Israel, se tornando os dois países árabes mais recentes a romperem com um tabu de longa data, em um realinhamento estratégico regional contra o Irã. A cerimônia na Casa Branca coroou um mês

em que primeiro os Emirados Árabes e depois o Bahrein concordaram em reverter décadas de desconfiança ante Israel, sem uma resolução da disputa de décadas dos israelenses com os palestinos.

Em uma sacada na qual Trump observava uma plateia de centenas de pessoas no gramado da Casa Branca, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, se colocou ao lado do ministro das Relações Exteriores dos Emirados, xeique Abdullah bin Zayed al-Nahyan, e do chanceler do Bahrein, Abdullatif Al Zayani.

Os acordos, rejeitados pelos palestinos, fazem dos países o terceiro e o quarto Estados árabes a adotarem tais medidas para normalizar os laços desde que Israel assinou tratados de paz com o Egito, em 1979, e a Jordânia, em 1994.

Ao se reunir com Netanyahu mais cedo no Salão Oval, Trump disse que "cinco ou seis países se juntarão muito rapidamente" para forjar seus próprios acordos com Israel. No entanto, ele não identificou nenhuma das nações envolvidas em tais conversas. "Estamos aqui nesta tarde pelo curso da história", afirmou Trump, da sacada, dizendo se tratar de "um grande passo no qual pessoas de todas as crenças e formações vivem juntas em paz e prosperidade".

## Secretário de Estado dos EUA faz visita política ao Brasil no dia 18

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, virá ao Brasil amanhã, dia 18, às vésperas da eleição presidencial em seu país. A visita é ato político que reforça a oposição conjunta dos presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro ao regime Nicolás Maduro - classificado como "ditador" e "ilegítimo" por ambos.

Acompanhado do chanceler Ernesto Araújo, ele irá a Boa Vista (RR) para conhecer o atendimento humanitário a imigrantes venezuelanos da Operação Acolhida.

Pompeo visitará as instalações de identificação e triagem da Acolhida, além de serviços de água, saneamento e higiene numa paróquia. Depois, participará de uma reunião bilateral reservada com Araújo. Está prevista uma entrevista coletiva à

visita uma entrevista coletiva à imprensa.

O líder chavista vinha pedindo uma trégua nas divergências com o Brasil para coordenação de esforços no combate à pandemia da covid-19, mas a resposta de Bolsonaro foi o contrário.

Em 4 de setembro, o Itamaraty anunciou que os cerca de 30 diplomatas remanescentes de Maduro no Brasil perderam status e imunidades diplomáticas e consulares, passando a ser considerados persona non grata.

No mesmo dia, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA sancionou quatro altos funcionários chavistas acusados de tentar manipular e interferir nas eleições parlamentares venezuelanas previstas para dezembro.

## Em carta, Farc pedem desculpas por sequestros

Ex-líderes da antiga guerrilha Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc), que se tornou um partido político, pediram em carta "perdão público" às centenas de vítimas de sequestro e a seus parentes. A mensagem é uma das mais contundentes do grupo, que empreendeu uma luta contra o governo por mais de cinco décadas, financiando suas ações com dinheiro obtido pelo tráfico de drogas e pelo pagamento dos resgates das pessoas sequestradas.

"O sequestro foi um erro gravíssimo que só podemos lamentar", declarou em comunicado a liderança do partido Força Alternativa Revolucionária do Comum, que manteve a mesma sigla da guerrilha, que firmou um acordo de paz com o

governo em 2016.

O documento, assinado por oito ex-líderes, incluindo Rodrigo Londoño, seu último chefe, acrescenta que "depois de ter silenciado para sempre nossos rifles e na quietude da vida civil, que nos permitiu uma reflexão profunda sobre a guerra da qual participamos e fomos protagonistas por mais de 50 anos, queremos dizer que o sequestro foi um erro muito grave".

Os membros da ex-guerrilha reconheceram que os sequestros deixaram "uma ferida profunda na alma das vítimas e atingiram, mortalmente, a nossa legitimidade e a nossa credibilidade". Na mensagem, o grupo cita o caso de Andrés Felipe Pérez, de 12 anos, que morreu vítima de câncer, em 2001.

## GERAL

## Anvisa amplia número de voluntários para testar vacina de Oxford

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou ampliar para 10 mil pessoas o número de participantes dos testes com a vacina de Oxford no Brasil. Inicialmente os testes no país previam a participação de 5 mil pessoas.

A vacina recebeu este nome por ser desenvolvida em um consórcio com pesquisadores da universidade inglesa de Oxford. O laboratório por trás dos testes é o também britânico AstraZeneca.

Além do acordo para aquisição e fabricação do imunizante no país, o Brasil é uma das nações onde os testes estão sendo realizados. A instituição responsável por conduzir as análises com voluntários brasileiros é a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Até o momento, os testes eram realizados em São Paulo,

no Rio de Janeiro e na Bahia. Com a ampliação do número de participantes, o imunizante será testado também no Rio Grande do Sul e no Rio Grande do Norte.

A agência reguladora permitiu também que o consórcio amplie a faixa etária dos participantes do ensaio clínico. Com isso, serão incluídos entre o rol de voluntários pessoas com idades acima de 69 anos.

Acordo

O governo federal fechou um acordo para a aquisição de insumos visando a fabricação da vacina no Brasil. Pelo plano inicialmente adotado, seriam adquiridos princípios ativos para 30 milhões de doses até o início do ano que vem e a transferência de tecnologia para a fabricação pela Fundação Oswaldo Cruz de mais 70 milhões de unidades do imunizante no ano que vem.

## Irmão de Weintraub deixa o governo e ganha cargo na OEA

O assessor especial da Presidência Arthur Weintraub anunciou em vídeo gravado ao lado do presidente Jair Bolsonaro terça-feira, 15, que está de saída do governo para assumir um cargo na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (EUA).

A mudança ocorre três meses após seu irmão, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, ter sido indicado pelo governo brasileiro para o cargo de diretor no Banco Mundial também na capital americana.

O Palácio do Planalto ainda não oficializou a saída de Arthur Weintraub. Também não foi divulgado o cargo exato que ele ocupará na organização. O Estadão apurou que Arthur Weintraub será nomeado secretário de Acesso a Direitos e Equidade. O posto atua na promoção de inclusão e equidade nos países da região.

Seguidores do guru da direita Olavo de Carvalho, os dois irmãos se aproximaram de Bolsonaro antes da campanha eleitoral de 2018. No governo, os dois integraram a ala ideológica, que vem perdendo espaço desde que o presidente, pressionado por pedidos de impeachment, passou a adotar um tom menos beligerante. Os Weintraub eram apontados como dois dos principais responsáveis pela radicalização do discurso de Bolsonaro.

A frente da OEA está o uruguaio Luiz Almagro, reeleito em



O assessor especial da Presidência Arthur Weintraub.

março deste ano para um mandato até 2025. "Conversei com o presidente desde o começo e brinquei com ele que agora vai sobrar um pouco mais de comida para o almoço. O secretário da OEA é o Almagro, e agora vai ter o El Magro", disse.

O presidente agradeceu a Arthur por ter embarcado no projeto dele à Presidência "quando ninguém acreditava".

Os três chegaram a fazer uma viagem juntos para o Japão, Coreia do Sul e Taiwan em 2018. Bolsonaro disse que o ex-assessor tem "participação muito grande" no que é feito no governo atualmente. "Chegar à Presidência é uma coisa, fazer um bom governo é outra. Outras boas pessoas ao longo desse tempo cerraram ao nosso lado. De modo que acredito

que estamos fazendo um bom governo em especial no tocante à nossa economia. Ele tem uma participação muito grande naquilo que fazemos hoje em dia. Muito obrigada, boa sorte lá", disse Bolsonaro. Após o ex-assessor dizer que o presidente poderá seguir contando com ele e o irmão, Bolsonaro respondeu: "Quando quiser retornar, as portas estão abertas".

## DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa

Diretor

Amaury Marques

Administração

Elaine Fernandes

Financeiro

Marcos Henrique

Comercial

Válter Lana

Editor responsável

www.diariodenoticias.com.br

site

redacao@diariodenoticias.com.br

e-mail

Contato: 55 11 5584-0035 - marcio@diariodenoticias.com.br

anatec

www.anatec.org.br

ANJ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

FUNDACÃO VANDERLEI

ANATEC



## POLÍTICA

## Câmara discute abrandar lei de lavagem de dinheiro



Maia apontou "a problemática concernente ao crime de lavagem de dinheiro e ao denominado caixa 2 eleitoral, o qual produz decisões judiciais conflitantes."

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criou uma comissão de juristas para sugerir mudanças na lei de lavagem de dinheiro, em vigor

desde 1998. A discussão ocorre após a Operação Lava Jato enquadrar diversos políticos por esse crime, tendo como base repasses de empresas durante

campanhas eleitorais. Enquanto o crime de lavagem tem pena que varia de 3 a 10 anos de prisão, o caixa 2 costuma ser tipificado como falsidade ideológica

pela Justiça Eleitoral, que prevê punição menor, de 1 a 5 anos de reclusão.

Em julho, o deputado Paulinho da Força (SD-SP) foi alvo de uma operação sob suspeita de ter recebido R\$ 1,7 milhão em caixa 2 nas eleições de 2010 e de 2012. Além do crime eleitoral, a Polícia Federal também apura se houve lavagem de dinheiro.

O objetivo da comissão da Câmara é delimitar o crime de lavagem, estabelecendo parâmetros para definir se a tipificação penal inclui o caixa 2 das campanhas e abordar novas soluções tecnológicas (como o uso de criptomoedas para ocultar bens), além de tratar do pagamento de honorários advocatícios. Na prática, os ajustes podem levar a um "afrouxamento" na atual aplicação da lei.

Ao criar a comissão, em despacho assinado no último dia 8, Maia apontou "a problemática concernente ao crime de lavagem de dinheiro e ao denominado caixa 2 eleitoral, o qual produz decisões judiciais conflitantes e traz insegurança ao processo eleitoral". A última vez em que a lei da lavagem de Dinheiro sofreu mudanças foi em 2012.

## Demitido por usar voo da FAB, ex-assessor da Casa Civil assume cargo no governo

Oito meses após ser demitido por utilizar uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), o ex-secretário executivo da Casa Civil José Vicente Santini está de volta ao governo Bolsonaro. Ele assumirá cargo de assessor especial do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com salário de R\$ 13.623. A nomeação foi publicada ontem, 16, no Diário Oficial da União (DOU).

A volta de Santini teve o aval do Palácio do Planalto após os três processos que ele respondia terem sido encerrados por

não apontarem irregularidade por ele usar o voo da FAB para ir à Europa e à Ásia acompanhar uma viagem do presidente Jair Bolsonaro.

Na época, Santini respondia como ministro da pasta, substituindo o então titular da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que estava de férias. O ex-secretário, alegando falta de tempo hábil para cumprir os compromissos, utilizou o jato para ir a uma reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, e depois se juntar à comitiva pre-

sidencial que estava na capital indiana. Ele viajou acompanhado de duas assessoras, enquanto outros ministros, como Paulo Guedes (Economia) e Tereza Cristina (Agricultura), viajaram em voos comerciais. Após a repercussão negativa do caso, Bolsonaro endureceu as regras para o uso de aviões da FAB. O presidente revogou o decreto anterior que permitia a servidores que substituírem ministros solicitarem as aeronaves.

A última decisão favorável a Santini foi expedida no dia 28

de agosto. O juiz federal Frederico Botelho de Barros Viana, da 4ª Vara Civil da Seção Judiciária do Distrito Federal, julgou improcedente o pedido da ação popular movida pelos deputados federais Enio Verri (PT-PR) e Paulo Pimenta (PT-RS).

O parecer do Ministério Público Federal indicou que "a viagem apontada como ilegal e imoral" pelos autores da ação ocorreu para atender a "compromisso da Presidência da República" e "desvinculada de interesse particular".

## Aras se diz contra inquérito sobre interferência de Wassef em Viracopos

O procurador-geral da República Augusto Aras opinou contra a abertura de inquérito para apurar suposta interferência do presidente Jair Bolsonaro junto ao antigo advogado da família, Frederick Wassef, em acordo envolvendo a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos. O PGR apontou que não foram apresentados indícios suficientes de prática ilícita.

A ação foi movida pelo advogado Carlos Eduardo Silva Duarte após o portal O Antagonista divulgar, em junho passado, que Wassef havia sido contratado pela concessionária do aeroporto de Viracopos para atuar na "prestação de consultorias jurídicas e estratégicas".

A época, a concessionária havia fechado acordo de relictação do terminal em Cam-

pinas (SP) e Wassef teria se reunido com Bolsonaro horas antes do presidente se encontrar com representantes da Aeroportos Brasil Viracopos.

A alegação do advogado Carlos Eduardo Silva Duarte era de que a Wassef "teria apenas servido como preposto do presidente na defesa dos interesses privados da concessionária".

Aras, no entanto, apontou que não foram apresentados elementos suficientes para embasar a abertura de um inquérito.

"Na eventualidade de surgirem indícios suficientes de uma possível prática ilícita pelos ora representados, será providenciada a instauração de inquérito perante esse Supremo Tribunal Federal, com adoção, a partir de então, das medidas cabíveis", afirmou.

## MP cumpre mandados em escritório do deputado Ricardo Barros

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) cumpre na manhã de ontem (16) oito mandados de busca e apreensão em Curitiba, Maringá, Paçandu, no Paraná e em São Paulo. Um dos mandados foi cumprido no escritório do líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado federal Ricardo Barros (PP-MA), em Maringá.

O MP investiga crimes de lavagem de dinheiro e corrupção para facilitar negócio no ramo de energia eólica. As acusações são referentes ao ano de 2019 - período em que Barros não era, ainda, líder do governo.

A investigação está a cargo do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecco). De acordo com a assessoria do MP, as ordens judiciais,

expedidas pela 12ª Vara Criminal da capital paranaense, estão sendo cumpridas num escritório de contabilidade e em outros três endereços comerciais, além de quatro residências.

"A investigação no Ministério Público do Paraná foi iniciada a partir da remessa de peças por parte do Supremo Tribunal Federal, em novembro de 2019, decorrentes de colaboração premiada feita no âmbito da Operação Lava Jato. A apuração refere-se a fatos ocorridos entre o final de 2011 e o ano de 2014", informou o MP.

Em nota, o deputado Ricardo Barros, que também foi ministro da Saúde durante o governo de Michel Temer, disse estar tranquilo e em total colaboração com as investigações.

## ECONOMIA

## CVM aceita acordo no valor de R\$ 7 milhões para encerrar processo envolvendo B3

A B3 e dois executivos vão pagar um total de R\$ 7 milhões para encerrar um processo administrativo em curso na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O órgão regulador do mercado de capitais apurava a responsabilidade da Bolsa por deixar de verificar diariamente, de maio de 2013 a janeiro de 2019, o grau de concentração no mercado de derivativos por grupos de investidores e de empréstimos de ativos por ela administrados.

O processo também apontava que a B3 não aplicou as medidas de desconcentração previstas em seu regulamento

a esses investidores. A proposta inicial do grupo era de um acordo de R\$ 2,3 milhões, mas foi renegociada pelo Comitê de Termo de Compromisso da autarquia.

O acordo aceito pelo colegiado da CVM prevê que a B3 arque com R\$ 6,3 milhões. O vice-presidente de Operações, Clearing e Depositária da B3, Cícero Augusto Vieira Neto, e André Monteiro, diretor de Administração de Riscos, vão pagar R\$ 350 mil cada um. A acusação é a mesma direcionada à B3, mas no caso de Monteiro no período de outubro de 2013 a janeiro de 2019.

## Trabalhadores da Volks no ABC aprovam pacote para reduzir mão de obra em 35%

Em assembleia realizada terça-feira, 15, no pátio da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, a maioria dos trabalhadores aprovou a proposta de abertura de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para reduzir em cerca de 35% o número de funcionários da empresa. Para os que permanecerem no grupo, haverá garantia de emprego até 2025.

Eles também aceitaram a adoção de suspensão de contratos de trabalho (lay-off) por até dez meses com salários inferiores aos pagos até agora, conge-

lamento de reajuste salarial e mudanças em benefícios como plano médico e participação nos lucros.

Ainda nesta terça ocorrerão assembleias nas fábricas de automóveis de Taubaté (SP) e de São José dos Pinhais (PR). Na unidade de motores em São Carlos (SP), a votação ocorrerá apenas na segunda-feira. Juntas, elas empregam atualmente cerca de 15 mil trabalhadores.

Pelo programa aprovado, quem tem até dez anos de trabalho e aderir ao PDV terá direito a 25 salários extras, além do previsto na rescisão.

## IGP-10 sobe 4,34% em setembro; acumulado no ano vai a 13,98%

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) subiu 4,34% em setembro, após ter aumentado 2,53% em agosto, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ontem, 16. Quanto aos três indicadores que compõem o IGP-10 de setembro, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 5,99% no mês, ante uma elevação de 3,38% em agosto. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram aumento de 0,46% em setembro, após o avanço de 0,48% em agosto. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, subiu 0,80% este mês, depois de subir 1,01% em agosto.

O IGP-10 acumulou um aumento de 13,98% no ano. A taxa em 12 meses ficou positiva em 17,03%. A alta no custo dos ali-



Os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 5,99% no mês.

mentos ajudou a sustentar a inflação ao consumidor dentro do indicador. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10) passou de

uma elevação de 0,48% em agosto para um aumento de 0,46% este mês. Seis das oito classes de despesa registraram taxas de variação

mais baixas, com destaque para o grupo Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,50% em agosto para -0,34% em setembro), sob influência do item plano e seguro de saúde (de 0,60% para -2,40%).

Os demais decréscimos ocorreram nas taxas dos grupos Comunicação (de 0,72% para 0,01%), Transportes (de 1,14% para 0,91%), Habitação (de 0,64% para 0,50%), Vestuário (de -0,25% para -0,35%) e Despesas Diversas (de 0,42% para 0,30%). Houve influência dos itens combo de telefonia, internet e TV por assinatura (de 1,36% para 0,00%), gasolina (de 3,37% para 2,83%), tarifa de eletricidade residencial (de 2,01% para 0,72%), calçados (de 0,48% para -0,15%) e conserto de aparelho telefônico celular (de 2,09% para 1,06%).

## FGV: IPC-S acelera a 0,58% na 2ª quadrissemana de setembro, de 0,48% na anterior

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) ganhou força na segunda quadrissemana de setembro. O indicador acelerou a 0,58%, de 0,48% na leitura anterior, segundo informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Somente três dos oito grupos componentes registraram taxas mais altas na segunda medição do mês em relação à primeira quadrissemana: Alimentação (1,07% para 1,20%), Educação, Leitura e Recreação (0,30% para 1,11%), e Transportes

(0,90% para 1,05%). Nestes grupos, respectivamente valem destaque o segmento de arroz e feijão (2,12% para 5,04%), passagem aérea (0,30% para 1,16%) e gasolina (2,69% para 3,23%).

Houve decréscimo nos conjuntos de preços de Habitação (0,53% para 0,49%), com móveis para residência (1,64% para 1,09%), Vestuário (-0,34% para -0,47%), com roupas (-0,50% para -0,77%), Saúde e Cuidados Pessoais (-0,30% para -0,42%), com artigos de higiene e cuida-

do pessoal (1,13% para 0,66%), e Despesas Diversas (0,38% para 0,26%), com conserto de aparelho telefônico celular (1,11% para 0,73%).

Já o grupo Comunicação registrou a mesma alta da primeira quadrissemana, em 0,01%, sendo puxado para cima por tarifa de telefone residencial (0,04% para 0,11%) e, para baixo, por mensalidade para TV por assinatura (0,14% para 0,05%).

**Influências individuais** - As maiores influências positivas para este IPC-S vieram

da gasolina, passagem aérea, tomate (17,15% para 18,96%), leite longa vida (5,12% para 5,96%) e arroz (4,69% para 8,29%).

No sentido contrário, os itens que mais pesaram negativamente no indicador foram plano e seguro de saúde (queda em 2,40%, como na semana anterior), cebola (-23,58% para -25,09%), batata inglesa (-11,78% para -11,23%), alho (-14,68% para -14,34%) e blusa feminina (-1,96% para -2,41%).



Confederação Brasileira de  
CNPJ nº 30.290.382/0001-16  
Ofício nº 097/2020

São Paulo, 2 de setembro de 2020

São Paulo, 9 de setembro de 2020

**DE: PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GOLFE**  
**PARA: PRESIDENTES DAS FEDERAÇÕES E CLUBES DIRETAMENTE FILIADOS / REPRESENTANTE DOS ATLETAS PROFISSIONAIS E AMADORES / REPRESENTANTE DOS ÁRBITROS**

**CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ELEITIVA**

Prezado Senhor Presidente,

Vimos pelo presente, convocar V.S., na forma do artigo 29 - alínea "b" do Estatuto Social, para a Assembleia Geral Ordinária Eleitiva a realizar-se no dia 22 de outubro de 2020, às 15:00 horas de tempo híbrido, isto é, on line, através da plataforma Teams, ou presencial, na sede da Confederação Brasileira de Golfe, situada à Rua Paiz de Andrade, 29 - no auditório situado no andar térreo - Itaim Bibi - São Paulo - SP nos termos do artigo 31, §4º do Estatuto Social.

A ordem do dia será a seguinte:

1) Eleição da chapa composta por um Presidente, 2 (dois) Vice-Presidentes.

De acordo com o artigo 31 do Estatuto, caso não haja número legal para a instalação em primeira

Tendo a Assembleia Geral caráter eletivo, as seguintes normas devem ser obedecidas, sem prejuízo

a) Eleger, por maioria simples de votos de membros presentes que preencham as requisições do artigo 1º, inciso I, do Estatuto Social, a Chapa composta pelo Presidente e 2 (dois) Vice-Presidentes, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social;

b) A Chapa deverá ser indicada por um filiado com direito de voto, até 6 (seis) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Extra, ou, se, até o dia 16 de outubro de 2020 e aproximadamente 2 meses de trabalho através do ofício protocolado na secretaria da CBG no mesmo prazo. O plano de trabalho será colocado no site eletrônico da CBG em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do horário em que foi protocolado;

c) De acordo com o artigo 28 do Estatuto Social, somente poderão votar na Assembleia Geral o Representante dos Atletas, dos Árbitros e os Presidentes das Filiais com direito a voto ou suas Proxies;

d) Tenha direito a voto, além dos representantes dos atletas (grupos A-A do Estatuto Social), dos árbitros e dos clubes diretamente filiados à CBG (grupos I-B do Estatuto Social), os Presidentes das entidades regionais filiadas que:

a) contem no mínimo, com 2 (dois) anos de filiação, salvo nos casos de fusão ou desmembramento,

quando a entidade da qual foi desmembrada ou com a qual se fundiu já era filada há 2 (dois) anos, contado da data da Assembleia a ser realizada;

c) tenham promovido, no ano anterior ao da realização da Assembleia, pelo menos um campeonato oficial válido para o ranking nacional da CBS da categoria amador adulto, com benefícios aos atletas ranqueados conforme o Manual de Normas e Procedimentos de Campeonatos aprovado em Assembleia, e que seja integrante de seu calendário esportivo - voto peso 8;

1) não tenham promovido ano anterior ao de realização da Assembleia, pelo menos um campeonato oficial válido para o ranking nacional da CBG de categoria amador adulto, com benefícios aos atletas ranqueados conforme o Manual de Normas e Procedimentos de Campeonatos aprovado em Assembleia, e que seja integrante de seu calendário esportivo - voto peso 2;  
2) preencham todos os requisitos previstos no artigo 9º do Estatuto Social e;

Federações, clubes e representantes com direito a voto, aptos a votar, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social: Federação de Golfe do Estado do Rio de Janeiro, Federação Riograndense de Golfe, Federação Paulista de Golfe, Federação Paranaense e Catarinense de Golfe, Federação Norte de Golfe, Federação Baiana, Capixaba e Mineira de Golfe, Federação Pernambucana de Golfe, Clube de Golfe do Brasil, Golfe do CMA, Terra Selvagem Golfe Clube, os representantes dos atletas profissionais e amadores e o representante dos árbitros.

Assinatura, Estilides Guai  
Presidente  
Confederação Brasileira de Golfe

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO**  
ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO  
EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº: 83/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5.729/2020  
SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação  
OBJETO: Rerestrição de fornecimento de material de consumo

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO POR ITEM  
DATA/HORA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: até o dia 13/11/2020 entre 8h30 e 9 horas.  
DATA/HORA DE ABERTURA DA SFERA(S) BEM(S) COM REFERIMENTO NOS

**ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO":** dia 13/11/2020, às 9 horas.

**LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL:** O edital na íntegra será

forneção aos interessados a partir de 17/09/2020, na Secretária Municipal de Administração, Praça Municipal, na Rua Humberto Pescarini, nº 330, bairro Centro, Vinhedo (SP), CEP 13.280-085, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento do valor da pasta ou, gratuitamente, por meio do site [www.vinhedo.sp.gov.br](http://www.vinhedo.sp.gov.br)

VALOR DA PASTA: R\$ 5,00 (cinco reais).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA**

de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital de Clínicas, conforme descritivo constante do anexo I deste edital, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS: Cadastro de Propostas iniciais: 09:30 horas do dia 17/09/20 até às 09:30 horas do dia 25/09/20.

Abertura de Propostas: 25/05/20 às 09:00-40 horas. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados nos sites: [www.camcondmunicipal.financeira.sp.gov.br](http://www.camcondmunicipal.financeira.sp.gov.br) ou [www.banmunicipalcamcond.com.br](http://www.banmunicipalcamcond.com.br). Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Atherton da Costa Mo-

**SISTEMA DE TRANSPORTE**

veira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**SEBASTIÃO BATISTA BUENO**  
Secretário Municipal de Saúde

**Destilaria Alcida S.A.**  
Em recuperação judicial  
CNPJ nº 48.445.270/0001-66 - NIRE 38.306.03856-8  
**Ato da Assembleia Geral Extraordinária em 30/08/2020**

**Data, Hora e Local em 30/08/2020:** às 19h05, no sede da Destiladora Alcida S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), inscrita no Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo, sob o CNPJ nº 48.445.270/0001-66, Rua Celso Luiz Tanaka Ferreira, Presidente Bruna Mello de Freitas Odebrecht, Associação Comarcão e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura

Compulsória, sua forma e prazos, bem previstos no Plano de Negócios, sob o rubrica de Gato Afonso, aprovado em Assembleia Geral de Ações Ordinárias em 20/03/2023 e homologado em 17/04/2023. "Plano". No caso, a realização do aumento de capital social da Companhia, a título de artigo 2º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foi deliberado: pela unanimidade dos acionistas presentes, que a ata desta Assembleia fosse lançada na forma usual e publicada com omissão das assinaturas nos termos do artigo 136, §§ 1º e 2º do Lei nº 6.404/76. Deliberada, as matérias constantes da Ordem do Dia, pelo deliberando.

A autuação, sem qualquer assessorio na redação, foi feita pelo Juízo de Direito da Comarca de São Paulo em virtude do nº 099.897.546-30, passando-o à vista RG 372.141.706-37, ISO RG 1.581.538.246-45, mediante a emissão do "009.898.754-09", novas ações instruídas, sem relevância nominal, ao prelo emitido pelo RG 1.271 por ação, a serem autorizadas e integralizadas à vista, mediante a capitalização de créditos detidos pela Alisa Agrícola Participações S/A. - E reconquistou justiça contra a Companhia, conforme Boletim de Subscrição que integra a presente ata como **Anexo I**. A operação ora aprovada está devidamente autorizada pelos credores na forma do Clausula 1ª, e do Anexo E, do Plano, e está sendo no momento da implementação.

de 1964, a aquisição não precisa, portanto, anteceder a transferência para a Companhia e para o seu pagamento em dinheiro; e 2) em decorrência da deliberação acima, approve a alteração do capitulo 4º do Estatuto Social da Companhia, passando tal disposição a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º - O capital social de R\$ 1.281.338.246,45 divide-se em 261.051.534,703 ações ordinárias, nominativas e em série "normal", sendo a propriedade das mesmas transferida integralmente ao nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas". Permanecendo inalterada a sua natureza em razão das todas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia que não foram expressamente alteradas no ato. Ficam autorizados

Administradores da Companhia e praticar todos atos necessários para que se efetive o quanto aqui deliberado, podendo, para tanto, assinar quaisquer documentos e providenciar os correspondentes registros, na forma da lei. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encaminha a pauta à qual todos os presentes fazem uso, e, como primeiro se manifestam, decidem arcar com os tributos e a estrutura até, por fim, aprovada e assinada por todos os signatários. **Hesle**, Celso Luis Tavares Ferreira, Presidente; e Bruno Matos de Freitas Godoy, Secretário, e Assinados Presentes: **Ativos Agrícolas Ltda.** Participações S.A., Presidente Judicial, representante legal dos diretores, e do Sr. José Carlos Pinheiro de Aguiar Júnior.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA**

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA  
EDITAL Nº 138/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16.538/2020  
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LINKS DE ACESSO A INTERNET PARA UNIDADES DE SAÚDE, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PERIÓDICA.  
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 30/09/2020 às 09:30 horas  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA

EDITAL Nº 169/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 26.794/2020  
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2020  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE, EM SISTEMA DE REGISTRO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 30/09/2020 às 09:30 horas  
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: [www.limeira.sp.gov.br](http://www.limeira.sp.gov.br) ou mediante a gravação em mídia, desta forma o Interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão

de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 - Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R\$ 0,30 (trinta centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 03 de 03 de janeiro de 2020.

O Município de Limeira, comunica aos interessados do Pregão Eletrônico nº 37/2020 para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COM ENTREGAS

PONTO A PONTO, UM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, que o recurso interposto pela empresa NAGIB PEREIRA DE ANFRADE EPP foi DEFERIDO pela Autoridade Competente.

Limeira, 16 de setembro de 2020

Sidnei Luiz de Figueiredo - Secretário Municipal de Educação

O Município de Limeira, comunica aos interessados do Pregão Eletrônico nº 37/2020 para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COM ENTREGAS PONTO A PONTO, EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, que fica agendado o

dia 22/09/2020 às 09:00 horas para RETOMADA da sessão pública.  
Lemei, 16 de setembro de 2020  
Departamento de Gestão de Suprimentos

\_\_\_\_\_







em São Paulo, SP Filiação: MIGUEL ARRUDA e de MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO ARRUDA - CARLA COSSANI, operadora de caixa, solteira, Natural de São Paulo, SP; Nascido(a) em 15/08/1990, Residente em São Paulo, SP Filiação: JOAO JOSE COSSANI e de VALDECI PEREIRA COSSANI.

\_\_\_\_\_







## GERAL

## Bispo evangélico é condenado a 20 anos de prisão por estupro de menina de 13 anos

O juiz da Vara Criminal do Recanto das Emas, no Distrito Federal, condenou o bispo evangélico João Batista dos Santos a 20 anos e 6 meses de reclusão pelo estupro de uma adolescente de 13 anos. A pena do líder religioso levou em consideração a autoridade que ele exercia sobre a vítima e também o reconhecimento da ocorrência continuada do crime - por pelos menos três vezes -, informou o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

João Batista dos Santos está preso preventivamente desde fevereiro. Ele já foi condenado duas vezes pelo crime de violação sexual mediante fraude, mas recorreu em ambos e respondia aos processos em liberdade. Nos autos do processo em que o bispo foi condenado por estupro de vulnerável, consta que João Batista conheceu a vítima em 2017, sendo que a menina teria conversado com o líder religioso sobre sua orientação sexual.

De acordo com a denúncia do MPDFT, antes dos abusos o bispo falava que amava a garota e que iria casar com ela. Depois

de a menina comentar sobre ser lésbica, ele propôs passar um óleo para ungir seu corpo, argumentando ser uma forma de cura gay. Após os abusos, a vítima começou a ter crises de ansiedade e então decidiu relatar os fatos ocorridos. Para a Promotoria, é "evidente" que o modus operandi utilizado pelo bispo não é inédito, configurando um "padrão de ataque".

A sentença condenatória frisou que o bispo, após ganhar a confiança das vítimas, utilizava o óleo para tocar o corpo das mulheres, inclusive nas partes íntimas, sob um pretexto de "cura". "A conduta do réu trouxe à vítima problemas de saúde consistentes em crises de ansiedade e do pânico, bem como gerando a ocorrência de episódios de desmaios e necessidade de atendimento psicológico, aspectos que sugerem graves consequências extrapalmares do próprio dissabor decorrente dos atos libidinosos a que foi submetida", registrou a sentença.

A reportagem busca contato com o líder religioso. O espaço está aberto para manifestações.

## Ministério da Saúde avalia distribuir 'kit covid' de graça no Farmácia Popular

O Ministério da Saúde discute distribuir gratuitamente um "kit covid-19" no Farmácia Popular. A ideia é reembolsar os estabelecimentos conveniados todo o valor de sulfato de hidroxycloquina, azitromicina e ivermectina retirados por pacientes de covid-19. Embora não haja comprovação da eficácia sobre o uso destes medicamentos contra o novo coronavírus, o tratamento tornou-se aposta do governo Jair Bolsonaro.

Como o Estadão revelou, desde julho a Saúde faz estudos sobre a "viabilidade" da inclusão dos produtos no Farmácia Popular. O programa distribui gratuitamente ou com desconto de 90% medicamentos para controle de doenças crônicas, que atingem milhões de brasileiros, como diabetes, hipertensão e asma. Será preciso prescrição médica para retirar o "kit covid".

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, defende o uso da cloroquina no tratamento da doença. Após dois ministros deixarem a pasta (Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich) por divergências sobre a aposta no medicamento, coube ao general aprovar nova orientação da Saúde sobre o combate à covid-19, que estimula o uso, desde os primeiros sintomas da doença, de hidroxycloquina ou cloroquina, associadas ao antibiótico azitromicina.

Segundo a tabela de preços definida pelo governo federal, custa R\$ 25 cada caixa com dez comprimidos de sulfato de hidroxycloquina 400 mg, medicamento indicado na bula para artrite reumatoide, lúpus e malária. Já dez comprimidos do antibiótico azitromicina 500 mg valem R\$ 35. Enquanto caixas com dois comprimidos de vermifugo ivermectina 6 mg

custam R\$ 15. Os valores considerados alíquotas de ICMS cobradas em São Paulo.

Procurado, o Ministério da Saúde reconheceu que avalia incluir o tratamento no Farmácia Popular. Em nota, a pasta afirma que "a portaria está em estudo". "Tanto em relação ao valor de financiamento da dotação extraordinária, quanto ao acordo tripartite com Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde)."

Representantes destes conselhos dizem que ainda não foram informados sobre a ideia de alteração do programa. Reservadamente, conselheiros afirmam que não devem aprovar a proposta.

O secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), Hélio Angotti Neto, encabeça os estudos sobre a

distribuição dos medicamentos. Ainda em julho, ele pediu a colegas estimativas de quantos pacientes desta doença devem ser tratados em 2020 e 2021.

Em outro ofício, o mesmo secretário também solicitou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) acesso a banco de dados de relatórios de comercialização desses medicamentos. "Ressaltamos que as informações são fundamentais para previsão de impacto orçamentário para oferta por meio de ações ou programas da assistência farmacêutica", afirmou Neto.

A reportagem apurou que, na pasta, Pazuello ainda espera que a "curva" de casos da doença caia drasticamente até o fim de setembro, o que dispensaria a distribuição gratuita. O militar foi efetivado na terça-feira, 15, no cargo após quase quatro meses como interino.

## Toffoli arquiva inquéritos abertos com base na delação de Cabral com a PF

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu arquivar um total de 12 inquéritos que haviam sido abertos com base na delação premiada do ex-governador do Rio Sérgio Cabral. O acordo de Cabral foi fechado com a Polícia Federal. As decisões foram tomadas por Toffoli antes de o ministro deixar o comando do STF, na semana passada.

Segundo o Estadão apurou, Toffoli atendeu a pedidos feitos pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. Interlocutores de Toffoli apontaram à reportagem que o pedido de arquivamento realizado pelo titular da ação penal - o Ministério Público Federal - deve ser acolhido sem discussão de mérito.

No início do ano, o relator da Operação Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, decidiu validar o acordo de colaboração premiada firmado por Cabral com a Polícia Federal. O acordo foi homologado pelo Supremo por envolver autoridades com prerrogativa de foro privilegiado, como ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e políticos.



O ministro do Supremo Tribunal (STF) Federal Gilmar Mendes.

Após homologar o acordo e autorizar a abertura dos inquéritos, Fachin encaminhou a Toffoli os processos para que o então presidente do STF analisasse se seria o caso de redistribuí-los para outro integrante da Corte. Toffoli pediu um parecer de Aras, que opinou então pelo arquivamento das investigações.

O acordo de Cabral com a PF foi contestado pela PGR desde o início. Segundo a Procuradoria, Cabral não apresentou fatos novos. Além disso, a cúpula da PGR apontou que o dinheiro que o ex-governador se comprometeu a devolver está bloqueado pela Justiça. Na delação, que segue mantida sob

sigilo, Cabral se comprometeu a devolver aos cofres públicos R\$ 380 milhões recebidos como propina enquanto foi governador. Diferentemente de delações fechadas pela PGR, a PF não estabeleceu previamente os prêmios a serem concedidos ao colaborador, como redução de pena, por exemplo.

## Perito denunciado no esquema 'juiz dos ingleses' se entrega à PF

O perito judicial e advogado Tadeu Rodrigues Jordan se entregou à Polícia Federal em São Paulo na última sexta-feira, 11. Ele foi denunciado por corrupção passiva, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa pelo Ministério Público Federal (MPF) na Operação Westminster e, na semana passada, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) decretou sua prisão.

A decisão do Órgão Especial do TRF-3 foi tomada depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou liminar que dava ao grupo denunciado o benefício da custódia domiciliar.

Segundo os investigadores, Jordan costumava ser escalado como perito para analisar processos em um esquema de venda de sentenças comandado pelo juiz Leonardo Safi de Melo, da 21ª Vara Cível Federal, na capital paulista. Em troca de pareceres técnicos já combinados, recebia um percentual das propinas pagas ao magistrado pelas decisões judiciais. Além disso,

era designado pelo juiz para perícias "desnecessárias" pelas quais cobrava "valores manifestamente excessivos" que, segundo o MPF, eram posteriormente repartidos com o magistrado.

No esquema, trabalharia ainda como intermediário de Leonardo Safi, dividindo a função de interlocutor dos pedidos de propina e da operacionalização dos pagamentos com o diretor da 21ª Vara Cível Federal, Divannir Ribeiro Barile, apontado como braço direito do juiz no esquema. Segundo as investigações, Divannir teria chegado a afirmar que falava em nome dos "ingleses", em referência ao magistrado. A menção batizou a Operação de Westminster, distrito na cidade de Londres, que prendeu o juiz. Tadeu é irmão do desembargador Gilberto Rodrigues Jordan, do TRF3, que não é investigado no caso. Além do perito, Divannir e o próprio juiz Leonardo Safi estão presos na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo.

## Aneel propõe reajuste médio de 4,87% nas tarifas da Energia Acre

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs um aumento médio de 4,87% nas tarifas da Energia Acre, antiga Eletroacre.

De acordo com a proposta apresentada na tarde de terça-feira, 15, a alta para consumidores conectados à alta tensão seria de 5,55% e, para a baixa tensão, de 4,72%.

Os índices foram calculados no processo de revisão tarifária extraordinária (RTE) da companhia. Os valores permanecerão em consulta pública da quarta-feira, 16, até 30 de outubro.

Uma audiência pública virtual para discutir o assunto será realizada em 15 de outubro para discutir o assunto. Se aprovado,

o reajuste entra em vigor em dezembro deste ano.

De acordo com a área técnica do órgão regulador, o reajuste considera efeitos da Medida Provisória 988, que trata de mecanismos para reduzir impacto dos reajustes tarifários para Estados do Norte e Nordeste.

O parecer também destaca que o processo considera a reversão, em favor dos consumidores, de 75% dos valores repassados à distribuidora como socorro para o setor elétrico, a conta-Covid, e que o restante poderá ter impacto nas próximas revisões tarifárias.

A possibilidade de RTE está previsto no contrato de concessão da companhia, que é

uma das seis ex-distribuidoras da Eletrobras. No processo de privatização, em 2018, foi negociado que o novo concessionário poderia pedir uma revisão extraordinária entre a assinatura do contrato e a primeira revisão tarifária, prevista para dezembro de 2023.

A distribuidora fez uma primeira tentativa de revisão extraordinária no ano passado, mas o pedido foi negado pela Aneel.

A agência argumentou que os laudos apresentados pela empresa apresentavam inconsistências e não atenderam a qualidade e prazo determinados pela legislação e regulamentos do setor.

## Governo publica novas regras para concessão do BPC

Novas regras para a concessão, manutenção e a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), pago a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência, conforme publicado no Dou de ontem, 16.

Para ter direito ao benefício, no valor mensal de um salário mínimo - R\$ 1.045 - é necessário que o requerente não receba esses itens por órgãos públicos.

Documentos - Pelas novas regras fica dispensada a apresentação de documentos originais do requerente, do representante legal e dos demais membros do grupo familiar, quando a informação puder ser confirmada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por meio de confrontação com bases de dados de órgãos públicos. Caso haja dúvida quanto à autenticidade ou integridade do documento, o INSS pode exigir, a qualquer tempo, os documentos originais, ficando o responsável pela apresentação das cópias su-

isso, será preciso comprovar a situação com prescrição médica. Também será preciso comprovar que o requerente não recebe esses itens por órgãos públicos.

Para ter direito ao benefício, no valor mensal de um salário mínimo - R\$ 1.045 - é necessário que o requerente não receba esses itens por órgãos públicos. Documentos - Pelas novas regras fica dispensada a apresentação de documentos originais do requerente, do representante legal e dos demais membros do grupo familiar, quando a informação puder ser confirmada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por meio de confrontação com bases de dados de órgãos públicos. Caso haja dúvida quanto à autenticidade ou integridade do documento, o INSS pode exigir, a qualquer tempo, os documentos originais, ficando o responsável pela apresentação das cópias su-

jeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

Pessoas com deficiência - No caso das pessoas com deficiência, o benefício estará sujeito à revisão periódica. A concessão do benefício, nesses casos, dependerá da comprovação da deficiência e de renda familiar mensal per capita limitada aos parâmetros de concessão do benefício. Ainda segundo a portaria, a comprovação da deficiência, para fins de concessão do benefício, levará em conta o impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e o grau de restrição para a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência na sociedade, que implique na incapacidade de trabalhar.



### Aplicativo

# DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL

## Informação em tempo real.

Disponível na  
**App Store**

DISPONÍVEL NO  
**Google play**

